

Válter Kenji Ishida

PROCESSO PENAL

7ª Edição

Revista, atualizada e ampliada

2019



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 5.ª edição.

179p Ishida, Válter Kenji.
 Processo penal / Válter Kenji Ishida – 7. ed. rev. atual. e ampl. – Salvador: JusPodivm,
 2019.

720 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2658-2.

1. Direito processual penal. I. Ishida, Válter Kenji. II. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ABREVIações	25
1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL	27
1.1 O Direito de Punir (<i>jus puniendi</i>) (latim: <i>jus</i> = direito; <i>puniendi</i> : punição).....	27
1.2 A pena e o direito de liberdade	29
1.3 A lide penal	31
1.4 Conceito de processo	32
1.5 Natureza jurídica do Direito Processual Penal.....	34
1.5.1 Relação com as demais ciências.....	35
1.5.2 Processo penal Brasileiro.....	36
1.6 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal	38
1.7 Autonomia do Direito Processual Penal.....	39
1.8 Fontes das normas processuais penais.....	39
1.9 Aplicação e interpretação da lei processual penal.....	44
1.9.1 Integração do processo penal.....	44
1.9.1.1 Analogia.....	45
1.9.2 Hermenêutica processual penal.....	47
1.9.3 Modalidades (formas) de interpretação.....	47
1.9.3.1 Interpretação penal quanto ao sujeito.....	47
1.9.3.2 Interpretação da lei penal quanto ao modo.....	48
1.9.3.3 Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado.....	49
1.9.3.4 Interpretação analógica.....	52
1.9.3.5 Invocação do Direito Processual Civil (analogia) .	53
1.10 Sistemas processuais penais	54

1.10.1	Sistema inquisitório ou inquisitivo.....	55
1.10.2	Sistema acusatório.....	56
1.10.3	Sistema misto.....	57
1.10.4	Processo penal brasileiro.....	58
1.10.5	Testes.....	59
2.	NORMA PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	61
2.1	Conceito e classificações da norma processual penal.....	61
2.1.1	Elementos da norma processual penal.....	61
2.1.2	Espécies de normas processuais penais.....	64
2.2	Caracteres da norma processual penal.....	65
2.2.1	Norma processual penal no tempo.....	65
2.2.2	Norma processual no espaço.....	73
2.3	Testes.....	76
3.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL.....	77
3.1	Conceito.....	77
3.2	A Constituição e o processo penal.....	77
3.3	Princípios processuais penais.....	79
3.4	Garantias constitucionais.....	88
3.5	Testes.....	93
4.	INQUÉRITO POLICIAL.....	95
4.1	Persecução penal.....	95
4.1.1	Conceito de persecução.....	95
4.1.2	Polícia judiciária.....	96
4.2	Inquérito Policial.....	98
4.2.1	Finalidade do inquérito policial.....	99
4.2.2	Inquéritos extrapoliciais.....	100
4.2.3	Atribuição do inquérito policial.....	104
4.2.4	Dispensabilidade do inquérito policial.....	105
4.2.5	Natureza do inquérito policial (características).....	106
4.2.6	Incomunicabilidade do indiciado.....	110
4.2.7	<i>Notitia criminis</i>	111
4.2.8	Início do inquérito policial.....	113
4.2.8.1	Instauração por meio de requisição.....	113
4.2.8.2	Instauração por meio de requerimento.....	114
4.2.8.3	Portaria.....	114
4.2.8.4	<i>Delatio criminis</i>	115

SUMÁRIO

4.2.8.5	Requisição do Ministro da Justiça	115
4.2.8.6	Inquérito policial nos crimes de ação penal privada.....	116
4.2.8.6-A	Investigação das pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função.....	116
4.2.8.6-B	Infiltração de agente policial em crimes relacionados à pedofilia	118
4.2.8.7	Diligências no inquérito policial.....	119
4.2.8.8	Auto de prisão em flagrante	129
4.2.9	Prazos, relatório e pedido de diligências.....	130
4.2.10	Encerramento e o arquivamento do inquérito	134
4.2.11	Testes	144
5.	AÇÃO PENAL.....	147
5.1	Conceito de ação penal.....	147
5.2	Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade).....	150
5.2.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	150
5.2.2	Interesse de agir.....	153
5.2.3	Possibilidade jurídica do pedido	155
5.2.4	Justa causa	156
5.2-A	Pressupostos processuais.....	157
5.3	Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional	157
5.4	Classificação subjetiva da ação penal	157
5.5	Ação penal pública incondicionada.....	158
5.5.1	Princípios da ação penal pública.....	158
5.6	Início da ação penal pública	167
5.7	Ação penal pública condicionada.....	170
5.7.1	Legitimidade para representação	172
5.7.2	Requisição do Ministro da Justiça	174
5.7.3	Ação penal pública subsidiária da pública	175
5.7.4	Ação penal popular	175
5.7.5	Ação penal secundária	176
5.7.6	Ação penal adesiva.....	176
5.8	Ação penal privada	176
5.8.1	Princípios.....	176
5.8.2	Legitimidade <i>ad causam e ad processum</i>	178
5.8.3	Prazo para o exercício da ação penal privada	179
5.9	Forma de identificação da ação penal	179
5.10	Ação civil	180
5.11	Testes.....	182

6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	185
6.1 Jurisdição.....	185
6.1.1 Elementos da jurisdição.....	187
6.1.2 Conteúdo da jurisdição.....	187
6.1.3 Princípios sobre a jurisdição (<i>iurisdictio</i>)	187
6.1.3.1 <i>Ne procedat iudex ex officio</i> (princípio da iniciativa das partes).....	187
6.1.3.2 Correlação ou relatividade ou princípio da imutabilidade do pedido (<i>Ne procedat iudex ultra petita, extra petita et citra petita</i>).....	188
6.1.3.3 Indeclinabilidade da jurisdição.....	189
6.1.3.4 Indelegabilidade da jurisdição.....	189
6.1.3.5 Princípio da identidade física do juiz.....	189
6.1.3.6 Inevitabilidade e substitutividade da jurisdição....	190
6.1.3.7 Juiz natural.....	190
6.1.4 Classificações	191
6.2 Competência	191
6.2.A Competência material e competência funcional	192
6.2.B Prorrogação, delegação e desaforamento	193
6.2.C Definição da competência	193
6.2.D Juízo comum, especial e subsidiário.....	195
6.2.E Competência absoluta e relativa.....	195
6.2.1 Competência em razão do lugar da infração	196
6.2.2 Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, <i>caput</i> , do CPP).....	197
6.2.3 Competência pela qualidade do delito (art. 74).....	198
6.2.4 Competência por distribuição	207
6.2.5 Competência por prevenção (art. 83 do CPP).....	208
6.2.6 Competência em razão da prerrogativa de função.....	208
6.2.7 Conexão e continência.....	214
6.2.7.1 Conexão.....	216
6.2.7.1.1 Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP).....	216
6.2.7.1.2 Outras formas de conexão	218
6.2.7.2 Continência (art. 77, I e II, do CPP).....	221
6.2.7.3 Regras para verificação do juízo com a competência prorrogada (arts. 78 e 79 do CPP)	223
6.2.7.4 União facultativa dos processos (art. 80 do CPP).....	229
6.2.7.5 <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> (art. 81 do CPP).....	230
6.2.7.6 Avocação dos processos (art. 82 do CPP).....	230

SUMÁRIO

6.2.7.7	Conflito de competência	230
6.3	Testes.....	232
7.	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	235
7.1	Questões prejudiciais.....	235
7.1.1	Classificação.....	236
7.1.1.1	Questões homogêneas (ou não devolutivas, comuns ou imperfeitas)	236
7.1.1.2	Questões heterogêneas (ou devolutivas ou perfeitas).....	237
7.1.1.2.1	Questão heterogênea (civil) obrigatória (de suspensão) (ou devolutiva absoluta)	237
7.1.1.2.2	Questão heterogênea (civil) facultativa (de suspensão)	237
7.2	Exceções	238
7.2.1	Hipóteses de exceção.....	238
7.3	Restituição de coisas apreendidas	242
7.4	Medidas assecuratórias	243
7.4.1	Sequestro	244
7.4.1.1	Embargos ao sequestro.....	245
7.4.2	Especialização da hipoteca legal e arresto.....	245
7.4.2.1	A especialização da hipoteca legal	246
7.4.2.2	Arresto.....	246
7.5	Incidente de falsidade	248
7.6	Incidente de insanidade mental do acusado.....	248
7.7	Testes.....	250
8.	PROVA	253
8.1	Teoria geral da prova. Conceito.....	253
8.2	Objetivo (escopo) da prova.....	254
8.3	Objeto	254
8.3.1	Fatos que independem de prova.....	255
8.3.2	Fatos que dependem de prova.....	257
8.3.3	Prova do direito (a lei).....	258
8.3.4	Prova proibida	258
8.3.4.1	Provas ilícitas.....	259
8.3.4.2	Teoria dos frutos da árvore envenenada	264
8.3.4.3	A prova ilícita por derivação	264
8.3.4.4	Interceptação telefônica	269

	8.3.4.5	Provas ilegítimas	276
	8.3.5	Inviolabilidade do advogado.....	277
8.4		Classificação da prova quanto ao objeto	279
	8.4.1	Direta ou histórica	279
	8.4.2	Indireta ou crítica	279
8.5		Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor.....	279
	8.5.1	Prova plena	279
	8.5.2	Prova não plena	279
8.6		Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa	280
	8.6.1	Prova real (coisa)	280
	8.6.2	Prova pessoal	280
8.7		Classificação da prova quanto à forma ou aparência.....	280
	8.7.1	Prova pessoal	280
	8.7.2	Prova documental.....	281
	8.7.3	Prova material	281
8.8		Meios de prova	281
	8.8.1	Restrições aos meios de provas (arts. 155 e 158 do CPP) e produção de provas ilícitas ou ilegítimas	282
8.9		Ônus da prova (art. 156 do CPP).....	283
	8.9.1	Conceito	283
	8.9.2	Encargo do ônus da prova (<i>onus probandi</i> – incumbe a quem fizer – CPP, art. 156, 1ª parte).....	284
8.10		Procedimento probatório	285
8.11		Prova emprestada	285
8.12		Álibi: (significa “em outra parte”, “em outro local”).....	286
8.13		Sistemas de apreciação.....	286
	8.13.1	Sistema ordálio (ou da prova legal)	286
	8.13.2	Sistema da certeza moral do juiz (ou da íntima convicção)..	286
	8.13.3	Sistema da certeza moral do legislador (ou sistema da prova legal).....	287
	8.13.4	Sistema da livre convicção (ou do livre convencimento).....	287
8.14		Princípios gerais das provas.....	288
	8.14.1	Princípio da autorresponsabilidade	288
	8.14.2	Princípio da prova contraditória	288
	8.14.3	Princípio da aquisição ou comunhão da prova.....	288
	8.14.4	Princípio da oralidade.....	289
	8.14.5	Princípio da concentração	289
	8.14.6	Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX, da CF)	289
	8.14.7	Princípio do livre convencimento motivado	289
	8.14.8	Princípio da busca da verdade real.....	290

8.15	Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP).....	290
8.15.1	Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP).....	290
8.15.1.1	Conceito.....	290
8.15.1.2	Realização da perícia.....	291
8.15.1.3	Exame de corpo de delito (art. 158 do CPP).....	291
8.15.1.3.1	Conceito.....	291
8.15.1.3.2	Lesão corporal e outras hipóteses.....	295
8.15.1.3.3	Exame de corpo de delito direto.....	297
8.15.1.3.4	Exame de corpo de delito indireto.....	298
8.15.1.3.4.1	Substituição do exame de corpo de delito pela prova testemunhal.....	298
8.15.1.3.5	Realização do exame de corpo de delito.....	300
8.15.2	Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP).....	301
8.15.3	Confissão (arts. 197 a 200 do CPP).....	308
8.15.3-A	Colaboração premiada ou delação premiada.....	311
8.15.4	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP).....	318
8.15.5	Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP).....	320
8.15.6	Da prova testemunhal.....	322
8.15.7	Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP).....	332
8.15.8	Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP).....	333
8.15.9	Dos indícios (art. 239 do CPP).....	335
8.15.10	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP).....	336
8.16	Teste.....	339
9.	SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL.....	341
9.1	Processo e procedimento.....	341
9.2	Sujeitos principais e secundários.....	342
9.3	Juiz.....	343
9.4	Partes no processo penal.....	348
9.5	Ministério Público.....	350
9.6	O acusado.....	352
9.7	Defensor.....	354
9.8	O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e objeto da prova.....	356
9.9	Teste.....	359

10. MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (INCLUINDO PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA).....	361
10.1 Processo cautelar.....	361
10.1-A Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar.....	364
10.1.1 Conceito de prisão.....	372
10.1.2 Espécies	373
10.1.3 Prisão em flagrante.....	381
10.1.3.1 Conceito.....	381
10.1.3.2 Espécies de flagrante (art. 302 do CPP).....	384
10.1.3.3 Flagrante preparado.....	386
10.1.3.4 Flagrante esperado	386
10.1.3.5 Flagrante diferido ou flagrante	386
10.1.3.6 Flagrante forjado ou fabricado	386
10.1.3.7 Flagrante nos crimes habituais, permanentes, nas infrações de menor potencial ofensivo e no caso de violência doméstica contra a mulher	386
10.1.3.8 Auto de prisão em flagrante	388
10.1.4 Prisão preventiva	391
10.1.5 Prisão temporária	400
10.1.6 Prisão por decisão de pronúncia	402
10.1.7 Prisão por força de sentença condenatória recorrível	404
10.1.8 Prisão após o julgamento da apelação	405
10.1.9 Prisão domiciliar	406
10.2 Liberdade provisória com ou sem fiança.....	408
10.2.1 Crimes com a fiança dispensada.....	409
10.2.2 Crimes com arbitramento de fiança.....	410
10.2.3 Crimes inafiançáveis	411
10.3 Testes.....	415
11. ATOS PROCESSUAIS – CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	419
11.1 Atos processuais – noções.....	419
11.2 Citação (arts. 351 a 369 do CPP).....	427
11.2.1 Conceito	427
11.2.2 Modalidades	428
11.2.2.1 Citação real e citação ficta.....	428
11.2.2.2 Citação por mandado (do próprio juízo).....	432
11.2.2.3 Citação por carta precatória.....	432
11.2.2.4 Citação por carta rogatória.....	432
11.2.2.5 Efeitos da citação	433
11.3 Intimações.....	435

11.3.1	Intimação pessoal.....	436
11.4	Revelia.....	438
11.4.1	Revelia no plenário do júri (art. 457 do CPP).....	438
11.5	Outros aspectos dos atos processuais.....	439
11.6	Testes.....	443
12.	PROCEDIMENTOS.....	445
12.1	Introdução.....	445
12.2	Procedimento ordinário.....	451
12.2.1	Anotações ao procedimento em geral.....	452
12.2.1.1	Atos processuais do procedimento ordinário.....	453
12.3	Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP).....	465
12.4	Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP).....	468
12.5	Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	472
12.5.1	Procedimento do júri.....	472
12.5.2	Procedimento dos crimes falimentares.....	510
12.5.3	Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518, do CPP).....	511
12.5.4	Procedimento nos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP).....	514
12.5.5	Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP).....	516
12.5.6	Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP).....	518
12.6	Procedimentos previstos na legislação especial.....	518
12.6.1	Tóxicos.....	519
12.6.2	Procedimento nos crimes de competência dos tribunais.....	520
12.7	Testes.....	524
13.	SENTENÇA.....	527
13.1	Teoria geral da sentença.....	527
13.1.1	Classificação dos atos judiciais.....	527
13.1.2	Requisitos formais da sentença.....	530
13.1.3	Sentença absolutória.....	532
13.1.4	Sentença condenatória.....	536
13.1.5	Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação).....	539
13.1.5.1	<i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP).....	540
13.1.5.2	<i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP).....	543
13.1.6	Pedido de absolvição do MP.....	548

13.1.7	Sentença terminativa de mérito	548
13.1.8	Sentença concessiva do perdão judicial	549
13.1.9	Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias	549
13.1.10	Absolvição sumária do art. 397 do CPP	550
13.1.11	Reparação <i>ex delicto</i>	550
13.1.12	Publicação da sentença	553
13.2	Coisa julgada	557
13.3	Testes	560
14.	RECURSOS	563
14.1	Teoria geral dos recursos	563
14.2	Recurso em sentido estrito (Rese)	583
14.3	Apelação	591
14.4	Protesto por novo júri (revogado pela Lei nº 11.689/2008)	599
14.5	Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios	600
14.5.1	Embargos infringentes e de nulidade	600
14.5.2	Embargos de declaração	601
14.6	Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP)	602
14.7	Correição parcial	603
14.8	Recurso especial	603
14.9	Recurso extraordinário	609
14.10	Recurso ordinário constitucional (ROC)	614
14.10-A	Agravo regimental	614
14.10-B	Reclamação	615
14.11	Ações de impugnação	616
14.11.1	Revisão criminal	616
14.11.2	<i>Habeas corpus</i>	620
14.11.3	Mandado de segurança criminal	629
14.12	Testes	635
15.	NULIDADES	637
15.1	Introdução	637
15.2	Nulidade e relação processual	638
15.2.1	Pressupostos de existência da relação jurídica	639
15.2.2	Pressupostos de validade da relação jurídica	639
15.2.3	Condições da ação ou condições de procedibilidade	639
15.2.4	Atos processuais	641
15.3	Conceito de nulidade	641

SUMÁRIO

15.3.1	Natureza jurídica	641
15.4	Sistema de nulidades	642
15.5	Classificação dos atos processuais	645
15.5.1	Ato inexistente	645
15.5.2	Ato nulo	647
15.5.2.1	Nulidade absoluta e relativa	648
15.5.3	Ato anulável	650
15.5.4	Ato irregular	650
15.5.5	Classificação segundo a jurisprudência (prática)	651
15.5.6	Hipótese	651
15.5.6.1	Carta precatória	651
15.6	Inadmissibilidade da <i>revisio pro societate</i>	651
15.7	Momento de arguição e preclusão	652
15.7.1	Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição	652
15.8	O princípio <i>pas de nullité sans grief</i>	654
15.8.1	Aplicação do princípio na hipótese de inversão da ordem de realização das provas	655
15.9	Nulidades em espécie (art. 564 do CPP)	656
15.9.1	A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP)	656
15.9.2	A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP)	658
15.9.3	Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP)	659
15.10.	Vedação da admissão da nulidade	671
15.11	Saneamento e efeitos	672
15.12	Testes	674
16.	PROCESSO DE EXECUÇÃO	675
16.1	Escopo da execução penal	675
16.2	Requisitos para a execução da pena	675
16.3	Natureza do processo de execução	677
16.4	Princípios do processo de execução penal	677
16.4.1	Princípio da legalidade	678
16.4.2	Princípio do contraditório e da ampla defesa	678
16.4.3	Princípio da individualização da pena	678
16.4.4	Princípio da isonomia	679
16.4.5	Princípio da personalização da pena	679
16.4.6	Princípio reeducativo	679
16.4.7	Princípio da publicidade	679
16.5	Competência da execução penal	679
16.6	Direitos garantidos na execução da pena	680

16.7	Suspensão dos direitos políticos.....	680
16.8	Cumprimento da pena privativa de liberdade.....	681
16.9	Guia de recolhimento.....	681
16.10	Regime de pena e progressão	682
16.10.1	Prisão albergue domiciliar.....	692
16.10.2	Regressão de regime.....	693
16.10.3	Regime disciplinar diferenciado	694
16.10.4	Autorização de saída	695
16.10.5	Remição	696
16.10.6	Detração	699
16.10.7	Penas restritivas de direito.....	701
16.10.8	Multa	701
16.10.9	Medidas de segurança	702
16.10.10	Incidentes da execução	704
16.10.11	Agravo em execução	706
16.10.12	Assistência jurídica pela Defensoria.....	706
16.11	Testes.....	707
BIBLIOGRAFIA.....		709